

Teixeira, José, 1996, "*ERRARE HUMANUM EST* (Sincronia, diacronia e erro)" in *Diacrítica*, nº11, Universidade do Minho, Braga.

jsteixeira@ilch.uminho.pt

ERRARE HUMANUM EST **(Sincronia, diacronia e erro)**

Ao Professor Azevedo Ferreira

"Sejamos simples e calmos,
Como os regatos e as árvores,
E Deus amar-nos-á fazendo de nós
Belos como as árvores e os regatos,
E dar-nos-á verdor na sua primavera,
E um rio aonde ir ter quando acabemos!..."

Alberto Caeiro, *Poemas*

Se é um lugar-comum citar lugares-comuns para justificar um ponto de vista, também poderá ser interessante tentar ver as facetas que neles, lugares-comuns, existem para lá das comumente vistas.

Se há actividades que caracterizam o ser humano como tal, o uso da língua é entre todas, sem sombra de dúvida, a que mais merece o qualificativo de «humana».

Sendo assim, se o erro é intrínseco às actividades dos humanos, também o tem que ser, por maioria de razões, à actividade mais caracteristicamente humana -- a linguagem verbal.

Mas o que é o erro, ou por que é que «errare» é tão próprio do Homem?

Segundo o *Dicionário de Latim-Português* de António Gomes Ferreira* , «errare» significa "*Errar, ir por aqui e por ali, andar ao acaso, ir à aventura, vaguear*".

E o que é falar, senão isto? Daí que não se possa dissociar esta dupla faceta das actividades humanas: falar/errar. Isto implica necessariamente que cada acto de fala seja sempre um acto potencialmente «errante» - no duplo sentido da palavra: *nómada, incerto e em que é possível haver erro* .

* Porto Editora, Porto.

O acto de fala é necessariamente um acto errante porque é sempre um acto onde alguém , à procura de meios (as palavras) para se fazer entender, vai por aqui e por ali, vagueando no grande mar da língua. E é esta errância que implica a possibilidade do aparecimento do erro.

E o que é o erro, em língua?

É curioso notar que embora a finalidade última da linguagem verbal seja a de expressar informação, o que habitualmente se chama «erro» não é uma tentativa de comunicação falhada ou sequer mal conseguida: quer-se dizer, a mensagem pode ter sido perfeitamente captada cumprindo totalmente a intenção comunicativa e, apesar disso, ter havido «erro». É que este está, habitualmente, ligado não ao resultado final da operação mas ao **processo** da mesma. O erro linguístico incide, portanto, sobretudo na forma da transmissão, e não no resultado final-comunicativo dessa mesma transmissão.

A noção de «culpabilidade linguística» é a prova real disto. Uma criança é perfeitamente capaz de contar determinado episódio a uma outra, mas numa situação em que saiba que o seu registo linguístico está a ser considerado (por exemplo numa aula), essa mesma criança apresentará mais dificuldades na fluidez da expressão. Isto acontece sempre que um falante se sabe numa situação de comunicação em que o seu registo linguístico é por ele mesmo tido como inferior ao do(s) alocutário(s). Muitas vezes, e por medo de cometer «erros», o locutor prefere a não-comunicação (calando-se, por exemplo) à possibilidade de uma comunicação funcionalmente bem sucedida, mas com «erros» formais.

O que levará a dar tanta importância à forma de transmissão da mensagem, ao ponto de ser mais importante, por vezes, o processo de comunicação do que a resultante final?

Penso que esta relevância dada ao processo se funda num mecanismo de defesa da língua, que não vejo inconveniente chamar "instinto de sobrevivência". Não é que queira recuperar a visão schleicheriana da língua-organismo vivo. Mas que há pontos de contacto, penso que ninguém duvida.

Este instinto de sobrevivência das línguas leva-as a darem de si mesmas a ideia de serem atemporais. As línguas embora existam no tempo, funcionam como se fossem independentes desse mesmo tempo. Melhor: o tempo linguístico é o "tempo para a fala" e não o "tempo para o sistema". Quer-se dizer, a temporalidade que a língua mostra é apenas a da realização dos

actos da fala. O sistema é, para os falantes, atemporal e imaginariamente intemporal. É isto que Saussure pretendia acentuar quando dizia que os falantes não têm a consciência da diacronia.

Dizer que, por isso mesmo, para o falante o funcionamento da língua é sincrónico, não equivale a dizer que ele, utilizador verbal, desconheça que a língua existia antes dele. Quando aquele linguista, ao propor a separação entre os aspectos atemporal e histórico da língua, afirma que o falante não tem a consciência da diacronia, está apenas a querer acentuar o facto de ele, falante, utilizar e valorizar o "como se diz" e não o "como se dizia". Ora isto implica, necessariamente, que o mesmo falante tenha consciência que antes dele já havia língua; porventura diferente - era o "como se dizia" - que ele desconhece como era.

O problema, contudo, põe-se no modo como o mesmo falante percepciona os diversos estádios sincrónicos de uma língua: vê-os como se se sucedessem uns aos outros por um processo substitutivo.

Esta visão, aparentemente muito realista e empírica, é enganadora, já que a diacronia linguística não funciona por saltos entre fenómenos discretos, mas por alternâncias entre realizações coexistentes. Como já alertava Saussure, uma identidade diacrónica não é mais do que uma série de identidades sincrónicas.

Ora é aqui que reside o centro da problemática do erro e da sua relação com a norma linguística. O falante sabe que o sistema da língua evita a duplicação das formas para uma mesma função. Portanto, se A e B são vistas como exactamente iguais (funcionalmente), a forma certa só pode ser uma. E surge a inevitável questão: o que é correcto, é A ou B?

Esta visão simplista do funcionamento da língua pode ser verdadeira no longo prazo: uma das formas acaba por dominar a outra e fazê-la desaparecer. O problema (se é que o é) está no estádio sincrónico em que o processo se desenvolve: enquanto A e B são sensivelmente equivalentes.

Simbolizemos a forma mais antiga por A e a mais recente por B. Evidentemente que quando B aparece, A é a forma-padrão inquestionável. Posteriormente, se B for ganhando novos utilizadores, passa a uma fase em que tem uma frequência de utilização semelhante a A. Se B mantiver ganhos (necessariamente em relação a A), e conquistar os falantes tidos como detentores do registo-padrão, acaba por relegar A para o estatuto de forma em

declínio. E assim, B, forma recente, passa a ser um novo A, a nova forma-padrão vencedora. E o processo pode continuar, no contacto entre o ex-B (agora A) e um novo B que apareça.

Em todo este processo, B parte da posição de "erro" e A da posição de "correcto". Não se pense, no entanto, que quando A e B detêm uma frequência de utilização semelhante, detêm igualmente um estatuto normativo semelhante. O estatuto de A (forma "correcta") vai perdurar muito para além do seu domínio em percentagem de utilização. A forma A pode já quase não ser utilizada, mantendo, no entanto, o estatuto de forma "correcta".

Exemplifique-se.

O verbo HAVER, para a norma-padrão, não tem que manter (nem pode) uma relação de concordância com o SN co-ocorrente, porque este é considerado apenas o OBJ(ecto) directo. No entanto, na gramática implícita (no sentido generativo) de quase todos os falantes do português europeu, o verbo HAVER concorda sintacticamente com o argumento SN que com ele co-ocorre. São frequentes, no quotidiano e mesmo na comunicação social, construções como:

1) *Terão de haver soluções diversificadas para tantos problemas.*

Linguisticamente a regra que permite isto é fácil de compreender: como não existe argumento SN/SUJ(eito) para HAVER, o argumento interno OBJ(ecto) tem tendência a ocupar o "lugar vazio", até porque, como é pacificamente aceite em sintaxe, SUJ é dominante em relação a outro qualquer argumento, incluindo, naturalmente, OBJ.

Por isso, não causa estranheza, à maior parte dos falantes, o exemplo 1), bem assim como outros do género:

2) *Houveram muitos acidentes este fim de semana.*

3) *Vão haver muitos jogos empatados.*

Neste caso, A (forma antiga) pode ser representada pela fórmula HAVER+SN/OBJECTO, enquanto B (forma mais recente) será HAVER+SN/SUJEITO.

À primeira vista pode parecer que B é uma fórmula assistemática, já que sendo o português uma língua SVO, o que aparece depois do verbo é o

objecto. No entanto, na nossa língua acontece muitas vezes a inversão do sujeito, sobretudo quando o verbo é intransitivo:

4) *Um rapaz caiu.* (= SN/SUJ+V)

4') *Caiu um rapaz.* (= V+SN/SUJ)

5) *Muitas coisas aconteceram.* (= SN/SUJ+V)

5') *Aconteceram muitas coisas.* (= V+SN/SUJ)

Isto leva a que se possa atribuir, na construção Haver+SN, ao SN, não só a função de OBJ (como normativamente acontece), mas igualmente a de SUJ.

Hoje em dia, estas duas fórmulas detêm uma frequência de utilização bastante semelhante. Nada admira que a que atribui ao SN a função de SUJ venha a prevalecer.

Noutras circunstâncias, pode dar-se mesmo o caso de A já praticamente não se usar, mantendo, no entanto, o estatuto de forma "correcta". Repare-se o que acontece com as formas do futuro.

Se se perguntar a alunos de língua portuguesa (e a muitos professores) qual é o futuro do indicativo (FUT IND) do verbo FALAR, a esmagadora maioria, senão totalidade, das respostas será *falarei*. Ora esta forma, o FUT IND simples já não é usada na linguagem verbal com o valor de FUT IND. Apenas a linguagem escrita e os textos formais a conservam. No entanto, esta forma de futuro permanece no português oral com o valor aspectual de grande dúvida/ incerteza, tendo sido substituída, para o FUT IND, pela construção **IR_{pres}+V_{inf}**. Quando falamos com alguém não dizemos:

6) *Eh pá, anda daí; daremos uma volta; tomaremos um café e depois contar-me-ás todas as novidades.*

mas sim

6') *Eh pá, anda daí; vamos dar uma volta; vamos tomar um café e depois vais-me contar todas as novidades. (alguém diz "vais contar-me"?)*

E não vale dizer que a construção **IR_{pres}+V_{inf}** é o chamado "futuro imediato"* . A prática desmente-o:

7) *Vou para a Universidade, vou licenciar-me e depois vou fazer o doutoramento.*

8) *No futuro a água vai faltar.*

9) *O Sol , daqui a cinco mil milhões de anos, vai transformar-se numa estrela gigante.*

É inegável que esta construção de futuro, **IR_{pres}+V_{inf}**, já suplantou, na autêntica língua, a oral, o futuro simples. No entanto, quanto maior for o conhecimento metalinguístico do falante, mais ele conserva valorizada a forma tradicional em **eu -rei**, em que só há fósseis nas escavações da escrita.

É curioso notar, como já referi, que na oralidade o futuro simples continua a existir, mas apenas com o valor aspectual de muita dúvida/incerteza:

10) *-Eh pá, o teste vai ser fácil!*

*- **Será?** Duvido muito!*

Compare-se

10') *-Eh pá, o teste vai ser fácil!*

*- **Vai ser?** Duvido muito!*

Ou então, com o valor de presente, conservando a mesma valência aspectual:

11) *- Se é longe? Não sei; **serão** aí uns três ou quatro quilómetros.*

A prova de que o processo de substituição ainda não está completo, espelha-se no facto de não ser ainda aceite hoje, pela norma-padrão, a construção **IR_{pres}+V_{inf}** aplicada ao verbo IR:

* "Na língua falada o FUTURO SIMPLES é de emprego relativamente raro. Preferimos, na conversação, substituí-lo por locuções constituídas:

a) [...]

b) [...]

c) do PRESENTE DO INDICATIVO do verbo *ir* +INFINITIVO do verbo principal, para indicar uma acção futura imediata" - CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley (1984), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Edições Sá da Costa, Lisboa, pp. 458/9.

12) **Amanhã vou sair e vou ir a tua casa.*

A construção "*vou ir*" não é aceite pela norma-padrão, pura e simplesmente porque esta não reconhece ainda a validade global da própria fórmula **IR_{pres}+V_{inf}** e como instância conservadora que é ultracorrige-a.

O primeiro argumento usado para não se aceitar esta construção aplicada ao verbo IR é o de que "fica o verbo repetido"; quer-se dizer, ficam duas formas do mesmo verbo juntas.

Ora isto só aparentemente é que é verdade. O verbo IR da fórmula não é o mesmo verbo IR de "*ir a tua casa*". Aqui o verbo é um lexema pleno, com significação extra-gramatical. O "verbo" IR da fórmula **IR_{pres}+V_{inf}** é somente o auxiliar IR, com um valor apenas gramatical. O seu papel é "dizer" que a acção do verbo que vai aparecer a seguir a ele deve ser entendida como realizável no futuro. No fundo, tem o mesmo valor e a mesma função que o morfema modo temporal **-re/-ra** (*comerei, comerás ...*). O auxiliar IR da fórmula não tem sincronicamente nada a ver com o sentido do IR [*movimento, deslocação a partir da situação do Enunciador*] :

13) *Vou estar quieto.*

14) *Vou permanecer imóvel.*

Estas formas "*vou*" significam [*movimento*]?

A prova da diferença lexical entre o verbo/lexema e o verbo auxiliar está no facto de outros auxiliares em português se poderem usar combinados com o verbo/lexema origem:

15) *Amanhã, sem falta, **tens de ter** isso pronto!*

16) ***Há-de haver** sempre quem não goste de vinho!*

Quando a norma diz que a forma "*vou*" é preferível a "*vou ir*", não está a escolher entre duas **formas** de IR, mas entre duas **fórmulas** da construção do futuro. É que, em português europeu actual, há essencialmente três fórmulas gramaticais para realizar o FUT IND:

i) Futuro simples em **(eu) -rei**;

ii) **IR_{pres}+V_{inf}** ;

iii) Presente IND

Quando a norma, entre as formas "*vou ir*" e "*vou*" rejeita a primeira e escolhe a segunda, ela não está a escolher entre duas possibilidades da fórmula ii), mas está antes a impor a iii). Quer-se dizer, para o verbo IR, a norma padrão não aceita as três fórmulas habituais do FUT IND, mas apenas a i) e a iii).

A causa por que os falantes têm relutância em utilizar a fórmula **IR_{pres}+V_{inf}** para o verbo IR, deve-se ao facto de atribuírem a IR/auxiliar um valor sincrónico que ele hoje não tem. Não é por acaso que "*vou ir*" se impõe nos registos de pessoas de menor consciência metalinguística, bem assim como na variante galega, sempre menos normatizada.

Sintetizando: este exemplo de possibilidades de utilização do FUT IND mostra:

1) Que a forma mais arcaica e hoje pouco utilizada (futuro simples em *eu -rei*) é tida, para a norma, como **o futuro** "principal"

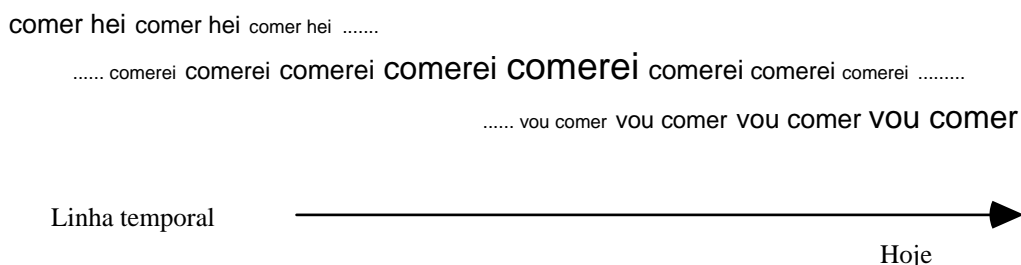
2) Que a fórmula utilizada, **IR_{pres}+V_{inf}**, ainda não adquiriu o estatuto normativo de fórmula principal do futuro (ou talvez nem sequer de **fórmula**), decorrendo daí o facto de não se poder aplicar ao verbo IR.

Isto demonstra que há uma inversão entre a frequência de utilização e a aceitabilidade normativa relativamente às formas futuro simples / **IR_{pres}+V_{inf}**. Porquê? Simplesmente porque a forma menos utilizada acarreta consigo uma supervalorização devida ao seu longo percurso diacrónico, enquanto a nova forma ainda nem sequer se pode aplicar à totalidade dos verbos (a todos menos um). Significa isto, por conseguinte, que o rasto diacrónico que uma forma traz consigo leva a que ela mantenha um alto estatuto de normatividade que vai muito para além do seu uso real, factual.

E chegados aqui, já podemos vislumbrar que aquilo que é tido por "erro", em língua, pode ser muitas vezes apenas uma opção entre a forma mais utilizada relativamente a uma mais antiga mas de menor utilização. Quer-se dizer que embora nas línguas seja o **uso** que faça a **norma**, uma forma de uso mais generalizada pode não ser a forma da norma. Há outros valores, entre os quais os de prestígio diacrónico, que podem prolongar a normatividade de uma forma linguística. Sendo assim, aquilo a que a norma chama "erro" pode não ser mais do que a nova forma que se está a impor ou

que já se impôs. Como dizia Vergílio Ferreira (e em língua isso é ainda mais verdadeiro), um erro pode ser apenas uma verdade à espera de vez.

Se quiséssemos esquematizar o processo, servindo-nos da evolução do FUT IND entre as formas "*comer hei / comerei / vou comer*", teríamos que ter sempre em conta que o processo de evolução não é por saltos, mas por escolhas entre formas co-ocorrentes (o tamanho das letras representa a frequência de utilização):



Quando os falantes perdem a consciência das relações diacrónicas de uma forma, podem inserir essa forma num outro sistema de relações. O plural de *corrimão* começou a ser *corrimões* quando se perdeu a noção do composto com *mão/mãos*. Naturalmente que quando o processo se iniciou, a forma *corrimões* era analogada com *mãos* e era considerada "erro". A nova forma só pôde ser verdadeiramente aceite quando perdeu a transparência do significado dos lexemas.

É interessante notar que o mesmo processo se passa hoje com algumas formas de verbos como INTERVIR e ENTRETER. A relação, diacronicamente válida, com os verbos VIR e TER já praticamente não existe. Daí que aqueles verbos derivados, estejam a sair do paradigma de conjugação dos lexemas-base da derivação e entrem no paradigma conjugacional dos verbos regulares do tema em *-i-* (para INTERVIR) e do tema em *-e-* (para ENTRETER). Basta consultar algumas actas para se verificar a frequência de "*o orador interviu*" ou ouvir o pai dizer que "*o meu filho entreteu-se a jogar à bola*".

Por que é que, então, "*interview*" é um **erro**? Porque a norma, porque valoriza as relações diacrónicas, inclui o verbo num paradigma (o do verbo VIR); o falante, porque desconhece tais relações, inclui o mesmo verbo num outro paradigma mais geral - o do verbos de tema em *-i-*. E neste processo, a

norma só desiste quando o fenómeno se torne tão abarcante que englobe os próprios definidores do normativo.

Agora se entende o verdadeiro alcance de se dizer que a atitude típica do falante de uma língua não é a de utilizar apenas **uma única** forma para um qualquer acto comunicativo. Ele, na maior parte dos casos, tem sempre à sua disposição mais que uma forma/fórmula. A sincronia não é um conjunto de processos unívocos (de comunicar) mas sim um sistema de identidades processuais. O que o falante faz é procurar, buscar, optar por um ou por outro. Este processo não é imóvel, fixo, estático, mas **errante**, sinónimo de *dinâmico*.

Por isso é que em língua "*errare humanum est*". E, neste sentido, ao errar (=caminhar para escolher) o falante pode optar por uma forma/ fórmula que a norma, arcaizante e valorativamente diacrónica, não opta. E então o falante **erra** (=não escolhe a forma tradicional).

Este mecanismo é vital para as línguas. Sem ele, sem a errância (no duplo sentido) do falante, as línguas não se moldavam, não evoluíam, não se reajustavam. Tudo aquilo que hoje é norma-padrão na língua portuguesa, já alguma vez foi um erro - relativamente à norma anterior. Razão tinha o poeta: um erro é uma verdade à espera de vez.